

Gavião, Mação, Nisa, Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Idanha a Nova

Vem aí o POLIS Tejo

>>

> Uma ampla intervenção vai transformar a frente ribeirinha do Tejo, devolvendo o rio às gentes. À semelhança do que já sucedeu em parte em Abrantes, as frentes de rio nos concelhos de Mação, Gavião, Nisa, Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Idanha-a-Nova vão beneficiar da intervenção do POLIS Tejo.

Já decorreu em final de Abril uma primeira reunião na Câmara de Gavião na qual participaram a Sociedade POLIS, ARH Tejo, Parque Expo, as Câmaras de Gavião, Nisa e Mação, bem como a CIMAA.

O programa prevê um conjunto de intervenções integradas que una o Estado e autarquias numa parceria sólida e consequente, catalisadora da iniciativa privada. Por isso haverá uma definição correcta de projectos e acções a realizar com calendarização a cumprir, essas intervenções devem ser integradas e integradoras, bem como incentivadores da cooperação entre entidades, deverão ser capazes de mobilizar investimento público e privado, deverão ter um efeito mobilizador a nível local e deverão valorizar o rio como elemento vivo.

O Grupo de Trabalho do Polis Tejo inclui o Gabinete Coordenador do Programa Polis, a ARH e a Parque Expo, sendo a Comissão Consultiva constituída pelo Gabinete da Ministra do Ambiente, pelos Gabinetes dos secretários de Estado do Ambiente e do Ordenamento, Instituto da Água, ICNB, CCDR's, Municípios e outros.

O nosso jornal falou com o Coordenador Nacional do Programa Polis, José Manuel Pinto Leite, que explica que o Polis Tejo envolve também outras entidades como a Refer, a EDP ou o Turismo, abrangendo todo o percurso do rio entre Vila Franca e a fronteira com Espanha, isto quando numa primeira fase o projecto não chegava à nossa região.

Pinto Leite explica que com a metodologia do Polis, «juntam-se todas as entidades, combina-se e faz-se tudo junto», deixando de ser cada um a fazer o seu projecto. E assim «junta-se também o dinheiro para o investimento global», num «plano integrado» estimado em 100 milhões de euros.

«Há muito dinheiro nos Fundos Comunitários», garante Pinto Leite, se bem que as dúvidas, de experiência feita, se coloquem ao nível da comparticipação nacional.

Mas «é possível ir buscar mais ao Interreg e ao QREN, pois o Programa é para executar a quatro-cinco anos», lembra o Coordenador Nacional do Polis.

Há no entanto quem tema que seja difícil alocar mais de 40 milhões de euros para o Programa, mas Pinto Leite mantém-se optimista e confiante.

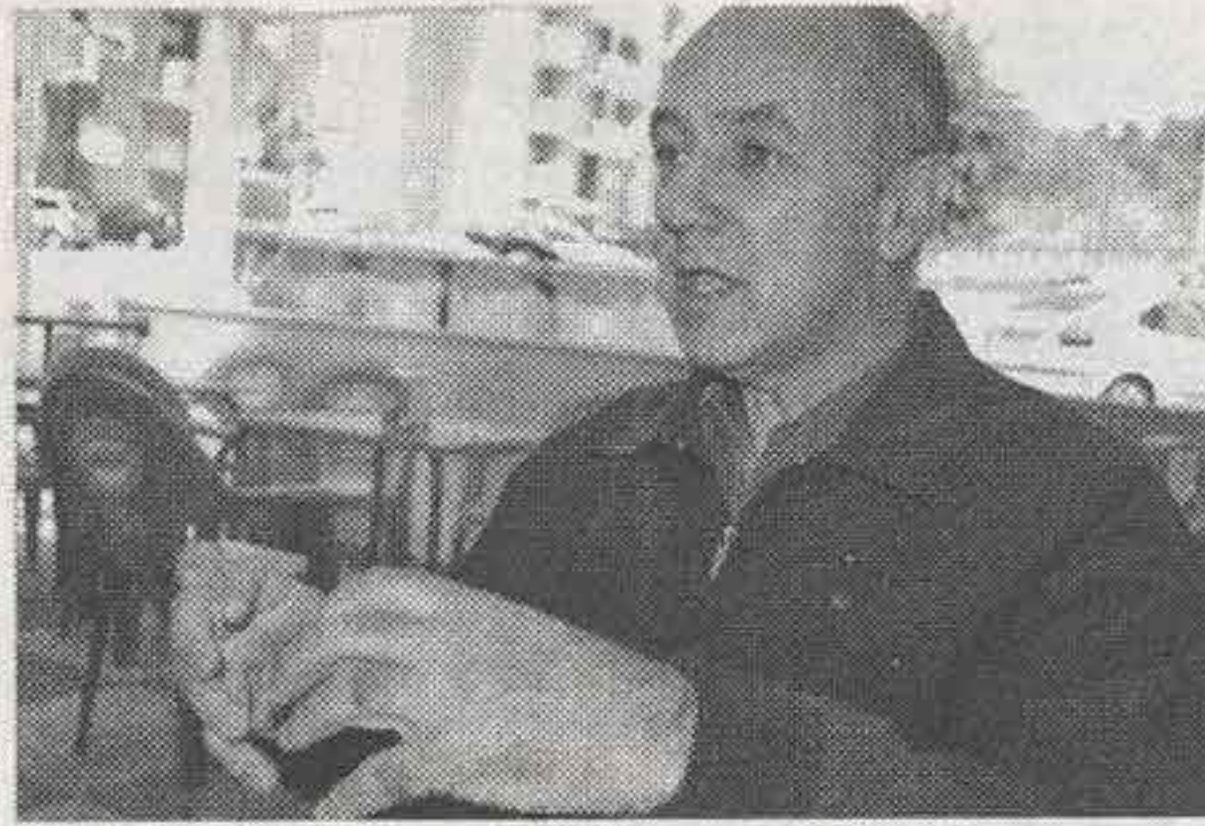
Dever-se-á realçar que muitos projectos já têm financiamentos assegurados por si próprios, e agora em parte só se reenquadram em termos de programação no Polis.

Tudo é possível

«As acções estão a ser pensadas», declara Pinto Leite, e aponta que com esta metodologia de trabalho em conjunto «já temos estações abandonadas da Refer» que de outro modo seria muito difícil a um município obter.

Como exemplos de projectos a implementar podemos apontar a estrada panorâmica do Castelo de Ródão, o reforço de diques, o levantamento de todo o rio com um erro de 10 cm, estudos de hidrodinâmica e estudos sobre aves migratórias, de entre muitos outros.

Por exemplo em Gavião a Praia Fluvial da Gamita, a requalificação das ribeiras de Alferreira e Atalaia, a implementação dos percursos do Tejo ou a musealização da antiga fábrica das mantas de Belver.



E em Mação a reabilitação do conjunto habitacional da EDP para um projecto turístico na Praia da Ortiga ou o cais da Amieira em S. José das Matas.

E em Vila Velha a estação arqueológica de Enxarrique, as piscinas, a estrada panorâmica ou o Centro de Interpretação de Arte Rupestre.

Podemos também «esperar algumas obras de recuperação do que existe», como piscinas, percursos ribeirinhos e a «potenciação de algum património» para museus e centros de interpretação. E a reabilitação de património, como o da Refer no Fratel ou o da EDP em Belver.

Ao mesmo tempo «podemos ver pessoas a passear de barco e de comboio», a fazer «visitas a espaços museológicos» e a «potenciação da gastronomia e da actividade piscatória».

O que se pretende pois é «mais vida em redor do rio» e também «mais vida em termos de ecossistema».

«É uma grande oportunidade»



«Já tínhamos uma estratégia que recai muito bem no Polis», um projecto que «permite aumentar a taxa de permanência» dos turistas e que «promove a qualidade ambiental e paisagística, a história e o património», assume o presidente da Câmara de Gavião, Jorge Martins.

De entre outros múltiplos projectos na área do município, o edil gaviãoense aponta «a reabilitação e ordenamento da linha de água no Alamal», a «reclassificação do Centro Integrado de Lazer do Alamal», a «construção do Centro de Observação de Avifauna do Outeiro», por isso «na minha perspectiva, o Polis é uma grande oportunidade».

Jorge Martins considera que o programa é «inovador» e dele resulta «uma parceria forte que nos pode aproximar do mercado», pois «une o território, une a capital com territórios como o nosso, de baixa densidade», ou seja, «une territórios com características completamente diferentes».

O presidente reitera que o Polis «renova e realça a nossa estratégia», pois «o rio atravessa o nosso concelho, o que é caso único no nosso território».

Polis «dá continuidade aos nossos projectos»



Para a presidente da Câmara de Nisa, Gabriela Tsukamoto, o Polis Tejo «vem dar continuidade aos nossos projectos nos aglomerados urbanos de Amieira, Monte do Arneiro e Duque». Da parte do município, «propusemos muito mais investimento ao nível da recuperação e re-

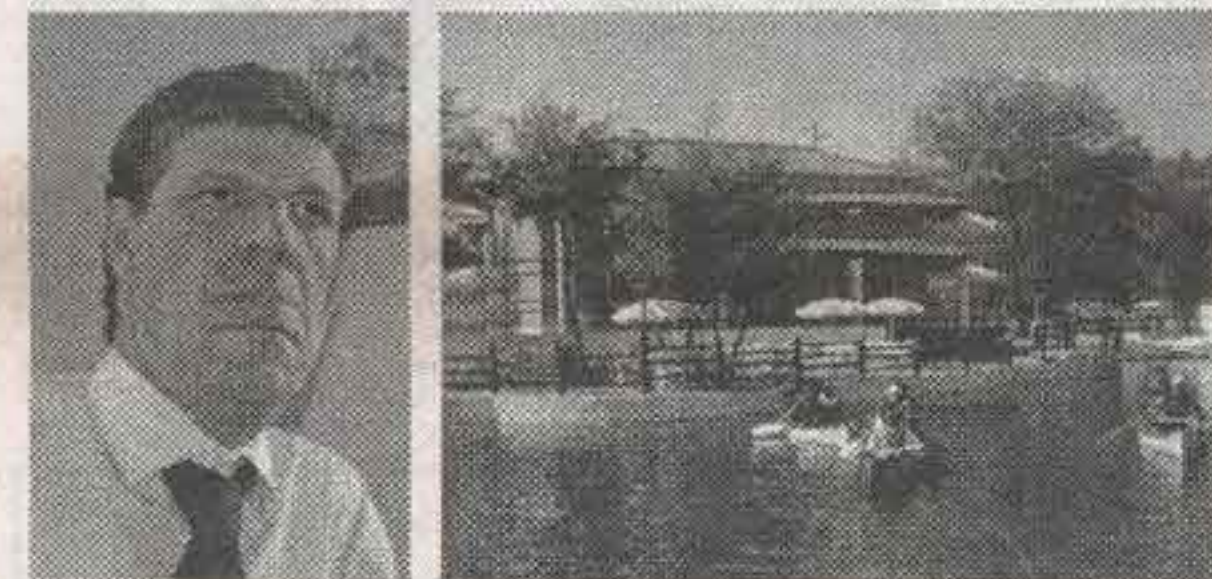


construção», pois pretende-se que seja possível «recuperar algumas casas degradadas».

Outro aspecto importante é a candidatura «do Centro de Interpretação das Portas de Ródão e Tejo», no Arneiro, pois estamos a falar de «formações geológicas únicas e muito estudadas», a que se junta «a área do Conhal» com um interesse sobretudo do ponto de vista arqueológico, que a nível do Polis foram já considerados «projectos diferentes e sem equipamentos», mas, defende a autarca, aqui deve haver «uma estratégia conjunta entre Nisa e Vila Velha de Ródão».

Gabriela Tsukamoto adianta que «já vínhamos reclamando» uma atenção especial «porque não devia estar a ver-se só o Tejo de Abrantes para baixo», mas deixa um reparo: «espero que haja verbas para consolidar o projecto», que em Nisa engloba ainda a construção do cais no Arneiro e o ordenamento da albufeira do Fratel para garantir a navegação na zona».

«Iniciativa extremamente importante»



«Congratulo-me com esta iniciativa extremamente importante» para o «desenvolvimento e reabilitação deste espaço comum» que se traduz numa «intervenção para a recuperação de toda a zona», em especial com Gavião e Nisa, mas «no nosso caso também até Abrantes», assume o vereador Vasco Estrela, da Câmara de Mação.

As praias fluviais do Alamal e da Ortiga são importantes centros de atracção, mas o Município de Mação quer apostar também na promoção da anta da foz do Rio Frio, entre Abrantes e Ortiga, na reabilitação de pesqueiros naturais e espaços de lazer, na reabilitação das casas de pescadores em madeira na Ortiga, na proximidade da barragem de Belver, ou na melhoria da praia fluvial da Ortiga, conta o vereador.

Vasco Estrela sublinha ainda que em S. José das Matas se pretende ampliar e melhorar o cais da Barca da Amieira, que é um cais natural intervenido há cerca de um século.

Ali pretende-se também construir uma pequena praia, num projecto que tem de ser estabelecido em diálogo com a Câmara de Nisa, para as duas margens».

Também as casas da EDP junto à barragem (de Belver, na Ortiga) são um espaço extraordinário», e a sua reabilitação para fins turísticos é uma das grandes ambições de Mação, revela Vasco Estrela.

«É da mais elementar justiça» o apoio ao interior



«Não se justificaria um Polis do Tejo sem contemplar a entrada do rio no País», de modo que «tem toda a lógica que a requalificação comece nestes concelhos» de Idanha, Castelo Branco, Nisa, Vila Velha, Gavião e Mação «onde o Tejo entra em Portugal», assume a presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão.

«É da mais elementar justiça que sejam apoiados os concelhos do interior, pois não se justificaria que fossem só os mais perto de Lisboa», sublinha Maria do Carmo Sequeira.

No caso de Vila Velha de Ródão «temos, nos últimos anos, um trabalho por todos reconhecido de requalificação das margens do Tejo, e junto à sede do concelho com o Porto do Tejo». «Já tivemos projectos Interreg» e «agora vamos continuar com os projectos já elaborados», de entre eles o porque de campismo e de caravanismo, o lagar de varas e toda a requalificação do Porto do Tejo, adianta Maria do Carmo Sequeira.

A presidente da Câmara aponta ainda outros projectos como o do passeio pedonal, o da ponte de Enxarrique que liga a Senhora da Alagada ao Cais de Rodão, para além de outros que permitirão conjugar-se com trabalhos que vêm a ser executados por administração directa, caso de intervenções e arranjos paisagísticos junto à EN18.

Horizonte de cinco anos

O Polis Tejo estabelece um prazo de execução do programa para quatro/ cinco anos, sendo a execução das intervenções feita através de uma Sociedade Estado/ Câmaras ou por «Protocolo» de adesão com os Municípios em equação, havendo ainda a possibilidade de ocorrer a integração de vários Municípios na Comissão Consultiva.

Quanto ao calendário das reuniões de trabalho, o mesmo já está assumido.

Eixos de intervenção

1. Qualidade Ambiental (ARH)
2. Tejo - espaço de desenvolvimento económico;
3. Espaço de encontro e lazer (CM's - passeios fluviais, áreas ribeirinhas,...)
4. Património Natural e Cultural nas Zonas Ribeirinhas (requalificação de imóveis, práticas ligadas a actividades artesanais ou industriais, zonas de observação, caminhadas...)
5. Tejo - conhecimento e inovação
6. Tejo mais disciplinado e navegável

Actividades Complementares já agendadas
 · Seminário «Património do Tejo»
 · «Rota do Tejo»- pedestre com carácter transfronteiriço

No que respeita à gestão do investimento, deverá ser proposto um modelo em que pode ser através de uma entidade, como a Parque Expo, ou outra, mandatada pelo Estado e autarquias. E em casos de projectos mais pequenos o modelo pode ser outro, de qualquer modo a gestão da obra e do investimento deverá ser feita sempre por uma equipa dedicada ao projecto.

Outro dado importante é que não haverá «derrapagens» financeiras, pois o montante definido para cada Programa terá de ser escrupulosamente respeitado, e se houver falhas num projecto têm de ser recuperadas noutra, tanto em termos financeiros como temporais.